

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA

(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

O que tem de ser *Econômico* *Brasil* tem muita força

Enquanto ainda ressoavam no ar as retumbantes bombagens proferidas terça-feira passada pelo maior anacronismo político do Brasil de hoje, o sr. Ulysses Guimarães, durante a homenagem da Assembléia Nacional Constituinte a Tancredo Neves, quando ele invocou "a onipotência" do presidente morto (?) para "esconjurar a inflação" e para "desarmar a mão genocida de nações e bancos estrangeiros" que seria responsável pela nossa recessão econômica, o ex-chanceler japonês, Shintaro Abe, que se encontrava em Washington para preparar a próxima visita do primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone aos EUA, anunciaría quinta-feira passada que, atendendo às pressões dos "genocidas" norte-americanos, os "genocidas" japoneses passam a aceitar um papel mais ativo no esforço pela solução dos problemas da economia mundial e apresentarão, até o fim de maio, um plano de quatro pontos, visando arrefecer a guerra comercial em que os dois países estão envolvidos, que reserva 30 bilhões de dólares para a abertura de linhas de crédito para os países endividados da América Latina, entre os quais foram citados nominalmente o Brasil, a Argentina e o México.

Os pormenores do plano só serão revelados durante a visita de Nakasone aos Estados Unidos. Mas já se sabe que à maior parte do dinheiro não virá de bancos comerciais mas sim do governo japonês que, assim, devolverá à circulação internacional uma parte dos imensos superávits que tem obtido em suas trocas comerciais internacionais, principalmente com os EUA (US\$ 90 bilhões só no ano passado). De certa forma, portanto, o Japão está adotando para a América Latina a mesma estratégia do secretário do Tesouro (e do governo) norte-americano, James Baker, que se baseia na convicção de que financeirizar o crescimento econômico dos endividados de modo a integrá-los ao circuito do comércio internacional, do qual foram afastados pelos problemas resultantes do pagamento de suas dívidas externas, é o melhor meio de aliviar não só os problemas desses países endividados como também os problemas dos países ricos pressionados por déficits comerciais gigantescos como o que afigura os EUA. A diferença é que o Plano Baker, que tinha exatamente esse espírito, não foi adiante porque não houve condições de conseguir o dinheiro que poderia viabilizá-lo (US\$ 20 bilhões), dinheiro este de que o Japão dispõe até com sobras.

Além disso, também foi anunciado que o comitê especial de assessoramento econômico do governo japonês apresentou ao primeiro ministro Nakasone propostas que deverão integrar este plano de quatro pontos, visando reestruturar completamente a economia do país com base nos princípios do livre comércio, dado que se reconhece que "os atuais superávits comerciais do Japão não podem continuar, pois põem em perigo não só a economia japonesa mas também o desenvolvimento harmônico da economia mundial". Assim o país "tomará a iniciativa de frear o protecionismo e defender o sistema de livre comércio, buscando um balanço exterior harmonioso e realizando contribuições positivas para a comunidade internacional".

Para os brasileiros que têm dado ouvidos a esses lastimáveis fósseis que comandam a nossa política econômica — e não só esta — pode parecer estranho que um plano destinado a arrefecer a temperatura da guerra comercial EUA-Japão inclua um projeto de financiamento para os países endividados da América Latina. O sr. Funaro, ao tomar conhecimento dele, por exemplo, viu "um sinal de que as coisas estão mudando". Mas os motivos por que isso aconteceu há muito tempo eram perfeitamente claros para todas as pessoas cujas idéias são compatíveis com este século, que têm acompanhado com alguma atenção o desenrolar do jogo econômico mundial e que são capazes de enxergar um pouco adiante dos seus mesquinhos interesses eleitoreiros ou clientelísticos ou dos seus delírios de onipotência, categoria em que obviamente não se incluem o sr. Ulysses Guimarães e o seu protegido, o citado ministro.

Aqui mesmo no Jornal da Tarde, assim como tem acontecido em outros órgãos sérios da imprensa brasileira e internacional, temos publicado e comentado quase diariamente declarações dos mais altos representantes das comunidades financeira, política e acadêmica internacionais, e até dos banqueiros que foram vítimas da moratória do sr. Funaro e das suas repetidas agressões verbais, dando conta de sua convicção de que uma solução para o problema do déficit monstruoso das contas comerciais dos EUA — potencial gatilho de uma catastrófica recessão mundial — passa necessariamente não só pela liberalização de todo o comércio mundial, mas também pela reintegração dos países devedores da América Latina a este circuito, o que só será possível com a redução prévia de suas despesas com o pagamento da dívida.

No mesmo dia em que o decano dos nossos quadros políticos exercitava mais uma vez a sua retórica da ideia da pedra ideológica, um dos banqueiros credores do Brasil, Luther Hodges, presidente do Banco Nacional de Washington, reafirmava esta convicção durante uma reunião de acionistas do seu banco que queriam informações sobre os efeitos da moratória brasileira: "O problema", dizia ele, revelando muito mais visão que os comandantes da nossa moratória, "não é saber quando o Brasil pagará a sua dívida, mas sim quando o Brasil e outros países endividados estarão capacitados a crescer de forma a poderem voltar a importar bens dos Estados Unidos... O que podemos fazer (os bancos comerciais) é encorajar a troca de débitos por investimentos. Ao mesmo tempo, o Brasil deve ser persuadido a encorajar os investimentos estrangeiros e a não confiar totalmente em empréstimos, como no passado", como quer continha fazendo, acrescentamos nós, o sr. Dílson Funaro.

O anúncio da proposta japonesa é a confirmação de tudo que vimos dizendo desde o início desta malfadada aventura da moratória em que nos meteram o primarismo "dogmático" do grande chefe peemedebista, transformado em atos e bravatas pelo executor da sua política econômica. Se sozinho o problema dos países endividados não tinha um peso específico suficiente para apressar as mudanças que todos os participantes do jogo econômico planetário consideraram urgentes e inevitáveis, o fato de estarmos envolvidos no furacão econômico que se vai armando com epicentro entre o Japão e os EUA, envolvendo o comércio internacional — o aperto circulatório do sistema econômico planetário —, acabará por consertar os estragos que Ulysses e companhia estão causando com a sua moratória. Tanto os EUA quanto o Japão sabem que o problema do comércio mundial, chave do problema do crescimento econômico mundial, não poderá ser resolvido apenas entre os dois e que nenhum mercado consumidor, principalmente um tão grande como o representado pela América Latina endividada, que até as vésperas da crise cambial de 82 participava com US\$ 30 bilhões nas transações comerciais com os EUA, pode ser desprezado se se quiscesse equacionar o problema do déficit comercial norte-americano e com ele o de toda a economia mundial. Eram estas as certezas que criavam o clima totalmente favorável a uma solução do problema dos endividados mediante uma negociação civilizada e adulta, que o ministro Funaro e o seu protetor no mínimo retardaram com a sua "malvinada financeira", destinada antes de mais nada a tentar esconder da desinformada opinião pública brasileira o fracasso meticoloso da "política econômica" do PMDB e os efeitos da inqualificável manipulação eleitoreira do Plano Cruzado, que resultou na crise em que estamos mergulhados.

N. da R.: Estes editoriais já estavam escritos quando a notícia confirmou que

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homen de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A decisão do governo japonês de partir para uma reformulação completa da sua política econômica protecionista, mesmo que isto signifique a perda de vantagens imediatas em suas trocas comerciais, é fruto do pragmatismo e da visão de estadista que se espera de governantes civilizados, que é tudo que falta ao Brasil, onde ainda é possível que alguns indivíduos sem nenhuma qualificação para estar nos cargos em que estão levem atitudes flagrantemente irracionais e contraproducentes "até as últimas consequências". Apenas para proteger o seu orgulho e os seus interesses pessoais.

Caímos nas mãos de um grupo que acha possível substituir a competência pela prepotência, e que, nadando contra a corrente, e passando por cima dos fatos e da História, que apontam para a crescente interdependência das economias deste planeta, tenta levar-nos a um confronto internacional e a um isolamento que teriam consequências funestas. Mas, felizmente para o Brasil, esta interdependência das economias de todo o mundo já é um fato, e não permite que os gestos ridículos de figuras presas ao passado cheguem até as consequências "últimas" que eles gostariam de ver desencadeadas. A História e os fatos é que passarão por cima destes anacronismos, desfazendo o que eles fizeram até agora. O que tem de ser tem muita força.